

## ESTADO DE GOIAS

# CAMARA MUNICIPAL DE CATALAO



Nº do Processo	1474/2019		
Interessado	382 - ANA PAULA ALVES		
CPF/CNPJ	471.495.821-68	Atuação 30/05/2019 14:47	Previsão
Atuado por	LUCAS DA SILVA OLIVEIRA		
Assunto	PARECER		
Descrição			
Destino	DEPARTAMENTO DE PRO	OCESSO LEGISLATIVO	
	DEPARTAMENTO DE PRO	DCESSO LEGISLATIVO	
Destino	DEPARTAMENTO DE PRO	OCESSO LEGISLATIVO	







# Poder Legislativo Estado de Goiás Câmara Municipal de Catalão Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI N°42/2019

### PARECER

### **VOTO DA RELATORA**

# **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei n°. 42, de 13 de maio de 2019, de autoria do Excelentíssimo Sr.Prefeito Adib Elias Junior, "Autoriza o Município de Catalão a fazer a remissão de débitos existentes e a isentar a tarifa de água e esgoto da sede do CONSELHO CENTRAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE CATALÃO, CNPJ nº 03.669.211\0001-00, e dá outras providências."

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26, *caput* e §2º. do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitada a relatora a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

# FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto de lei visa a autorização da remissão dos débitos existentes, bem como a isentar, de agora em diante, as tarifas de consumo de água e esgoto sanitário, referentes ao Conselho Central Sagrado Coração de Jesus de Catalão, com sede á Rua Planaltina, nº 119, bairro Pio Gomes, nesta cidade, associação privada, sem fins Telefone/Fax: (0\*\*64) 3442-3750 / 3442-4026 / 3442-3685 / 3442-3278 / 3411-4444







### Poder Legislativo Estado de Goiás Câmara Municipal de Catalão Comissão de Constituição, Justiça e Redação

### PROJETO DE LEI Nº42/2019

econômicos, que tem por finalidade prestar serviços de relevância social e de interesse público, por si ou pelas Unidades Vincentinas que lhe sejam vinculadas. Se concedida a isenção, ficará autorizado o consumo máximo de 40,00 m³ (quarenta metros cúbicos) de água por mês.

Diante disso, tem-se que o Projeto de Lei em seu mérito atende às disposições constitucionais e legais acerca do tema.

Considerando tais fundamentos, passa-se, então, à análise da iniciativa, regimentalidade, constitucionalidade, legalidade, necessidade de emissão de pareceres, e técnica legislativa da proposição.

A **iniciativa**- é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município, matéria de sua competência prevista nos arts. 30, I, da CF/88 c/c art. 8°, I da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO). Portanto, legal a iniciativa do autor.

Quanto à **regimentalidade**- não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com o art. 93, § 1º, alínea "c" do Regimento Interno.

Quanto à **constitucionalidade**- o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com o art. 30,1 caput da Constituição Federal, com o conteúdo material da mesma e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo,

Quanto à **legalidade**- do projeto, não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Quanto à necessidade da emissão de pareces – considerando que o objeto da matéria levada a Plenário por meio da referida proposição está adstrita aos temas das comissões permanentes, recomenda-se, com fundamento no art. 27,







## Poder Legislativo Estado de Goiás Câmara Municipal de Catalão Comissão de Constituição, Justiça e Redação

#### PROJETO DE LEI N°42/2019

inciso I, do Regimento Interno, apresentação do Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira.

Quanto à técnica legislativa- nenhum reparo a fazer.

# **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, manifesta-se pela REGULAR TRAMITAÇÃO E POSTERIOR VOTAÇÃO do Projeto de Lei nº 42 / 2019.

Catalão (GO), 23 de maio de 2019

Silvia Aparecida Rosa

Relatora

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

Cláudio Silva Lima

Presidente

Acompanho e sou favorável ao voto da relatora.

Marciel de Oliveira Mesquita

Vogal